



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005292-07.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Bruna Paschoal de Queiroz**
 Requerido: **Rodrigo Geurgas Zavarizz**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Pelo que se extrai dos autos, é incontroverso que a colisão em apreço sucedeu em rotatória existente nas proximidades do Shopping Iguatemi, sendo que o veículo da autora já trafegava pela mesma ao passo que o do autor nela ingressou posteriormente.

O *croquis* de fl. 03 e a fotografia de fl. 14 permitem estabelecer a ideia de como se desenvolve o lugar da ocorrência.

Tal dinâmica já permite entrever a responsabilidade do réu no episódio.

Isso porque deveria ele obedecer à sinalização de parada obrigatória que havia ali, cedendo a preferência de passagem ao automóvel da autora que já percorria a rotatória.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Mesmo que a sinalização inexistisse, persistiria a preferência do veículo da autora na esteira do que dispõe o art. 29, III, “b”, do Código de Trânsito Brasileiro (*“O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação obedecerá às seguintes normas: (...) III quando veículos, transitando por fluxos que se cruzem, se aproximarem de local não sinalizado, terá preferência de passagem: (...) b) no caso de rotatória, aquele que estiver circulando por ela”*).

A jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é pacífica nesse sentido:

“APELAÇÃO CÍVEL. Interposição contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na ação de reparação de danos. Acidente de veículos na via terrestre. Cerceamento de defesa não configurado. Mérito. Réu que ingressa em rotatória sem ceder a preferência àquele que por ela circulava. Culpa configurada. Danos materiais demonstrados e que guardam nexos causal com o acidente. Sentença mantida.” (Apelação nº 1000669-55.2016.8.26.0073, 33ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **MARIO A. SILVEIRA**, j. 30/01/2017).

“Reparação de Danos havidos em Acidente de Trânsito. Sentença de procedência. Apelação do réu. Acidente ocorrido em rotatória. Aquele que procede de via adjacente e pretende ingressar em rotatória, que é via preferencial, nos termos do art. 29, III, 'b', e art. 215, I, “a”, do CTB, deve posicionar-se adequadamente nas imediações da rotatória e bem observar o fluxo de trânsito que se projeta, para se certificar da inexistência de veículo onde pretende ingressar ou calcular corretamente o tempo/espço disponível para travessia. Apelante ingressou em via preferencial em momento inoportuno e interceptou a trajetória do veículo do autor. Destarte, e em sendo possível extrair do conjunto probatório, aliado à presunção que milita em favor do autor, a culpa do réu pelo acidente, de rigor o reconhecimento de seu dever de indenizar, ex vi do que dispõem os arts. 186 e 927, do Código Civil. Sentença mantida. Recurso improvido.” (Apelação nº 3002500-42.2013.8.26.0063, 29ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **NETO BARBOSA FERREIRA**, j. 16/08/2017).

“Em se cuidando de vias públicas que se cruzam e dotadas de rotatória no eixo central, a preferência de passagem, nos termos do art. 29, inciso II, “b”, da Lei nº 9.503/87, é daquele que estiver nela circulando com o veículo com antecedência. Não houve, na hipótese, observância da mencionada regra e o réu obrou com inegável culpa, merecendo, em consequência, reconhecida sua responsabilidade civil.” (Apelação nº 1001744-69.2015.8.26.0363, 32ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **KIOITSI CHICUTA**, j. 22/06/2017).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Nem se diga, como buscou o réu na peça de resistência, que o embate aconteceu quando ele já havia percorrido quase toda a rotatória, ou aproximadamente 60 metros até que o veículo da autora tentou ultrapassar o seu.

A fotografia de fl. 14 denota que de onde o réu ingressou na rotatória até o choque dos automóveis a distância era pequena, de sorte que ele já reunia condições para visualizar o da autora em situação de preferência, proveniente que vinha da rotatória.

Significa dizer que deveria aguardar sua passagem para somente depois ter acesso à rotatória, mas assim não fez, tanto que aconteceu o abaloamento.

De igual modo, o ponto de amassamentos dos automóveis não altera o quadro delineado.

Reconhece-se que eles podem ter ficado quase em posições paralelas e que o réu não atingiu o veículo da autora frontalmente, mas ainda assim remanesce a certeza de que a preferência na continuidade do trajeto era do automóvel da autora na medida em que já ocupava a rotatória.

Repita-se, pois, que o réu deveria ter permitido que o mesmo passasse para somente então ingressar na rotatória, mas isso não se deu.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, reforça a convicção da culpa do réu, cumprindo registrar que a realização de perícia – de resto incompatível com os processos que tramitam no Juizado Especial Cível – é despicienda para a apuração de como se deram os fatos.

Em consequência, o réu deverá ressarcir os danos materiais suportados pela autora, cristalizados em orçamentos que não foram impugnados específica e concretamente em momento algum, como seria de rigor, rejeitando-se o pedido contraposto por falta de lastro a sustentá-lo.

Solução diversa apresenta-se à postulação de ressarcimento dos danos morais.

A situação posta nos autos envolveu simples acidente que não teve maior repercussão, passível de acontecer com qualquer pessoa que se disponha a trafegar com veículos automotores em via pública.

Não se cogita de abalo excepcional a afetar o autor em razão do mesmo, de sorte que se rejeita o pleito no particular.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE a ação para e IMPROCEDENTE o pedido contraposto** condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 3.259,03, acrescida de correção monetária, a partir de abril de 2017 (época do evento danoso), e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímese.

São Carlos, 29 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**